



**Fecomércio PE**

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

**Boletim Conjuntural**  
**Agosto | 2017**

# Boletim Conjuntural

## Agosto | 2017

### 1. CONJUNTURA NACIONAL

O índice da atividade econômica brasileira (IBC-Br) – calculado pelo Banco Central – apresentou, em junho deste ano, queda de 0,6% em relação ao mesmo mês de 2016. Percebe-se, conforme a **Tabela 1**, que ao longo

do semestre os resultados alternam, mês a mês, variações positivas e variações negativas. Portanto, números que indicam indícios de uma recuperação econômica ainda claudicante.

**Tabela 1 - Brasil: taxas de variação mensal do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), em % - janeiro/2017 a junho/2017 (base: mesmo mês no ano anterior)**

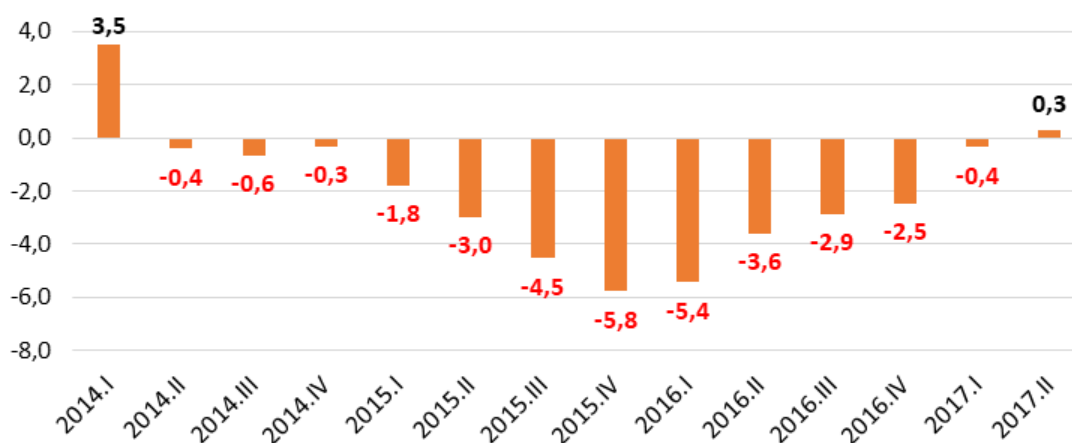
MÊS	VARIAÇÃO (%)
Jan/ 17	0,1
Fev/ 17	-1,0
Mar/ 17	0,9
Abr/ 17	-1,7
Mai/ 17	1,6
Jun/ 17	-0,6

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração Ceplan Multi.

Por outro lado, os resultados trimestrais (IBGE) – analisados por meio de comparação, entre o nível de produto em determinado trimestre, comparando – o ao resultado alcançado no correspondente trimestre do ano anterior – revelam que o Produto Interno Bruto do país, depois de 12 trimestres consecutivos de variações negativas, alcança, no 2º trimestre deste ano, a primeira variação positiva (0,3%), assim interrompendo a trajetória de declínio prevalente em 36 meses (três anos). Saliente-se que

desde o último trimestre de 2015, as variações se mantiveram negativas, mas menos intensas: -5,8% no quarto trimestre de 2015, -5,4% no primeiro de 2016; -3,6% no segundo; -2,9% no terceiro; -2,5% no quarto; -0,4% no primeiro deste ano. (Variações ilustradas no **Gráfico 1**). Esse resultado agora positivo chancela a evolução de sistemática redução do ritmo recessivo observada em seis trimestres consecutivos e de possível acesso à rota de recuperação da economia.

Gráfico 1 - Brasil: variação trimestral do PIB a preços de mercado, em % - 1° Trimestre/2014 ao 2° Trimestre/2017 (base: mesmo trimestre do ano anterior)



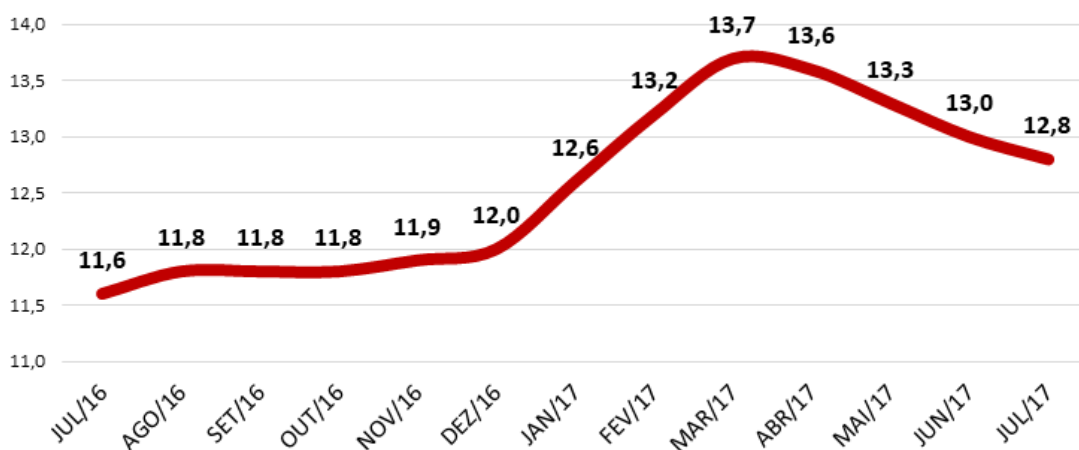
Fontes: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE.

Os dados do IBGE também indicam que no primeiro semestre de 2017, a economia manteve o nível do correspondente ao semestre do ano passado: variação nula (0,0%). Portanto, pode-se concluir que depois de declínios acentuados em 2015 e 2016 – recuo acumulado do PIB de cerca de 7% – a economia brasileira inaugura estabilidade do nível de produção, neste primeiro semestre. Ainda não se está diante de um movimento sustentado de recuperação, mas as mudanças observadas alimentam expectativas de que finalmente a economia volte a crescer a partir deste ano. A expectativa divulgada pelo Banco Central é de que o ano de 2017 venha a se encerrar com um modesto crescimento do PIB (0,39%), conforme previsto no último Boletim Focus . Não há dúvida de que os últimos resultados, embora ainda não sejam expressivamente animadores, infundem expectativas de que finalmente tenha lugar um processo de recuperação sustentada da economia brasileira.

Informações recentes também sinalizam reação positiva no mercado de trabalho. Dados da PNAD Contínua/IBGE mostram que no trimestre móvel abr-mai-jun de 2017 a taxa de desemprego declina para 13,0%, depois de ter atingido um nível máximo de 13,7% no primeiro trimestre de 2017, como ilustrado no **Gráfico 2**. Apesar desse movimento, ainda se pode afirmar que o quadro de desocupação continua muito grave. Afinal, são 13,5 milhões de pessoas tentando encontrar algum tipo de ocupação que lhes garanta alguma renda no mercado de trabalho. No entanto, em comparação com os 14,2 milhões de desempregados do primeiro trimestre deste ano, observa-se importante redução do contingente de desempregadas (setecentas mil pessoas). Ademais, a reação positiva do mercado de trabalho permanece, como revelam dados mais recentes, referentes ao trimestre móvel encerrado em julho: taxa de desemprego de 12,8% – o que se traduz em nova redução do contingente de desempregados para 13,3 milhões.

<sup>1</sup>Ver “Focus - Relatório de Mercado” (BCB) [25 de agosto de 2017]. Documento eletrônico disponível em PDF: <http://www.bcb.gov.br>

Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - junho/2016 a junho/2017



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Nesse contexto de diminuição do número de desempregados, acrescente-se um outro aspecto positivo: o número de admissões em postos formais de trabalho no país, desde abril deste ano, tem superado o de demissões, o que se traduz em saldo positivo, embora ainda relativamente pouco expressivo. O saldo positivo, no período de janeiro a julho de 2017, foi de 112.580 empregos. Nesse mesmo período do ano de 2016, o saldo era negativo (597.297

demissões). Portanto, também são dados que indicam uma melhoria, mas que ainda não representam uma recuperação robusta do mercado de trabalho formal. Setorialmente, esse saldo cresceu mais na agropecuária (125.686), seguido pelo segmento de serviços e a indústria de transformação. Em termos negativos, o comércio lidera com um saldo de -112.451 empregos, conforme a **Tabela 2**.

Tabela 2 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal janeiro-julho/2016, julho/2017 e janeiro-julho/2017

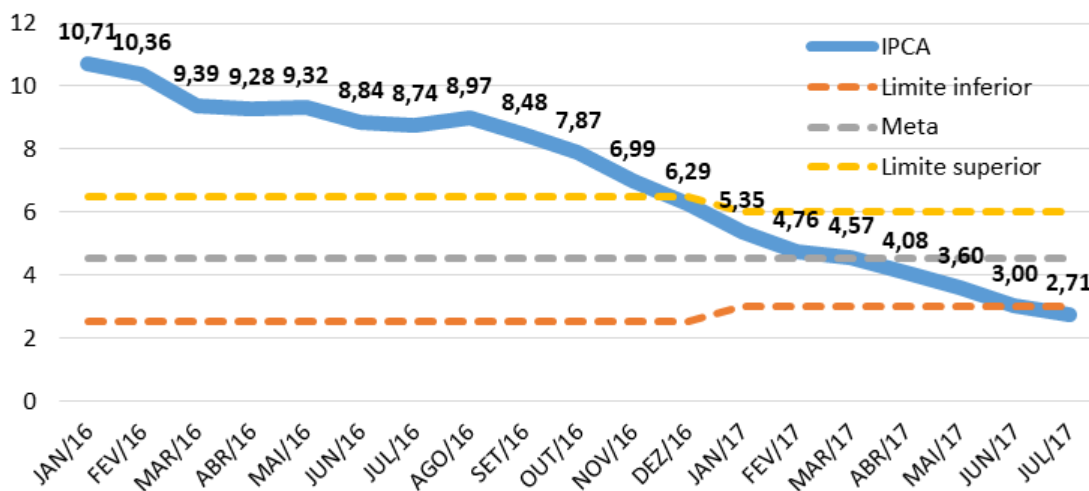
SUBSETOR	JAN/16-JUL/16	JUL/17	JAN/17-JUL/17
Agropecuária	98.279	7.055	125.686
Indústria Extrativa	-5.951	-224	-1.697
Indústria de Transformação	-152.071	12.594	40.499
Têxtil	-7.063	1.617	21.634
Química	2.595	2.134	18.541
Borracha, Fumo, Couros	4.469	-2.318	12.705
Calçados	16.881	-265	12.494
Alimentos e Bebidas	-29.846	7.995	-6.443
SIUP	-4.800	-1.125	300
Construção	-139.992	724	-32.714
Comércio	-263.300	10.156	-112.451
Serviços	-148.624	7.714	75.528
Administração Pública	19.162	-994	17.430
<b>Total</b>	<b>-597.297</b>	<b>35.900</b>	<b>112.580</b>

Fonte: Caged/MTE. (\*) Saldo ajustado, considerando as informações fora do prazo de janeiro/2014 a junho/2017.

No que diz respeito à inflação, deve ser reiterada a evidência de que a consolidação de um processo de desaceleração inflacionária é fato incontestável. Mesmo tendo-se em conta que parte da explicação para preços contidos se deve a demanda enfraquecida, o resultado, em termos de redução da inflação é favorável a investimentos e, conseqüentemente, contribui para que o país avance na direção de uma recuperação econômica sustentável. Assinale-se que o indicador de inflação de 12 meses em

julho deste ano (2,71%) se situa abaixo do limite inferior da meta do Banco Central. Como se vê, tal indicador decresce consistentemente, mês a mês, desde agosto do ano passado (**Gráfico 3**): 8,97% em agosto; 8,48% em setembro; 7,87% em outubro; 6,99% em novembro; 6,29% em dezembro; 5,35% em janeiro de 2017; 4,76% em fevereiro; 4,57% em março; 4,08% em abril; 3,60% em maio; 3,00% em junho; e 2,71% em julho.

Gráfico 3 - Brasil: inflação (IPCA) em 12 meses, em % - janeiro/2016 a julho/2017

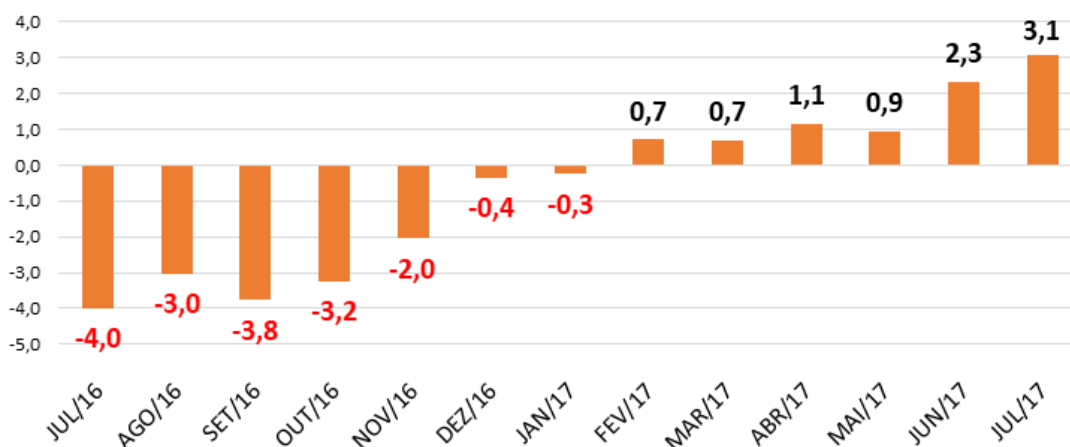


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Tal trajetória de inflação declinante e alguma melhoria do mercado de trabalho atuam no sentido de aumentar a massa real de salário e, conseqüentemente, fazer crescer o potencial de consumo das famílias. Com efeito, de acordo com o IBGE, a massa real de salários – fator básico para o aumento do consumo familiar – apresenta variações positivas desde fevereiro

de 2017, em termos reais: 0,7% em fevereiro; 0,7% em março; 1,1% em abril; 0,9% em maio; 2,3% em junho; e 3,1% em julho (ver **Gráfico 4**). Esse ganho real atua positivamente sobre o poder de compra das famílias e justifica alguma reação favorável com respeito a vendas no comércio e no segmento de prestação de serviços.

**Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - julho/2016 a julho/2017 (base: mesmo período no ano anterior)**



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

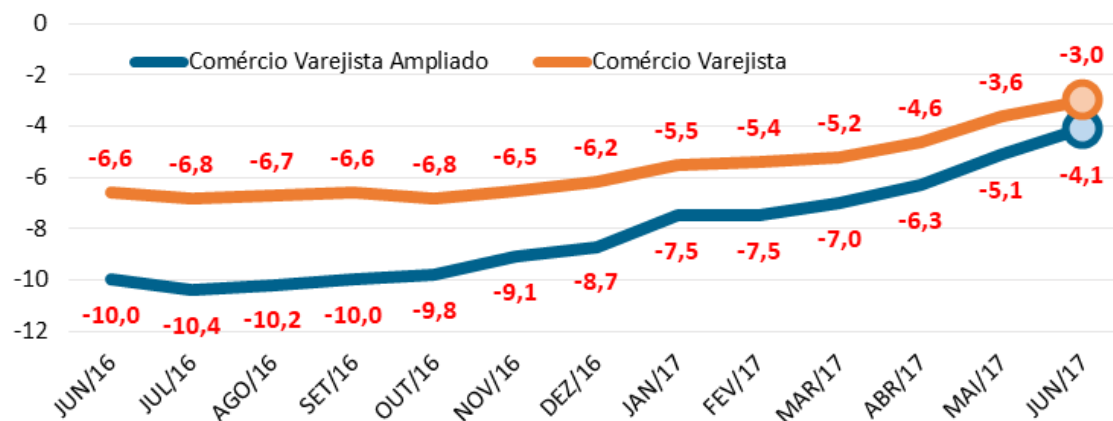
Nota: Utiliza a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho. A média calculada considera o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente utilizando-se o deflator (IPCA) do mês intermediário.

### **Cresce o volume mensal de vendas do varejo**

Informações sistematizadas no **Gráfico 5** revelam que o comércio varejista ampliado – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o varejo propriamente dito – apresenta, no Brasil, sucessivas variações negativas menos intensas, desde julho do ano passado, considerando o resultado acumulado de vendas em 12 meses. Portanto evolui de um patamar de -10,4% (julho 2016) para -4,1% em junho deste

ano. Essa trajetória de redução tem sido mais intensa nos últimos meses, por conta do desempenho positivo do varejo. De fato, o resultado mensal de junho deste ano, quando comparado com o observado em igual mês do ano passado, por exemplo, registra uma variação positiva do volume de vendas: 4,4% (PMC/IBGE, indicador mensal). No mês de maio, o desempenho mensal também foi positivo em 4,9%. Dessa forma, a variação acumulada no ano (1º semestre de 2017) também é levemente positiva (0,3%), no cotejo com o 1º semestre de 2016 – como pode ser visto no **Gráfico 6**.

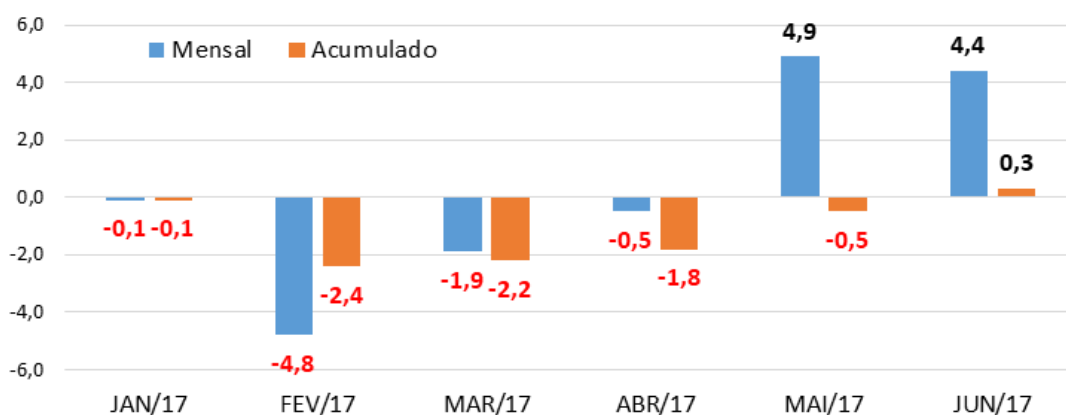
Gráfico 5 - Brasil: variação acumulada em 12 meses do volume de vendas do Varejo, em % - junho/2016 a junho/2017 (base: 12 meses imediatamente anteriores)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: o Varejo Ampliado inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do Varejo.

Gráfico 6 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do Comércio Varejista Ampliado, em % janeiro/2017 a junho/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



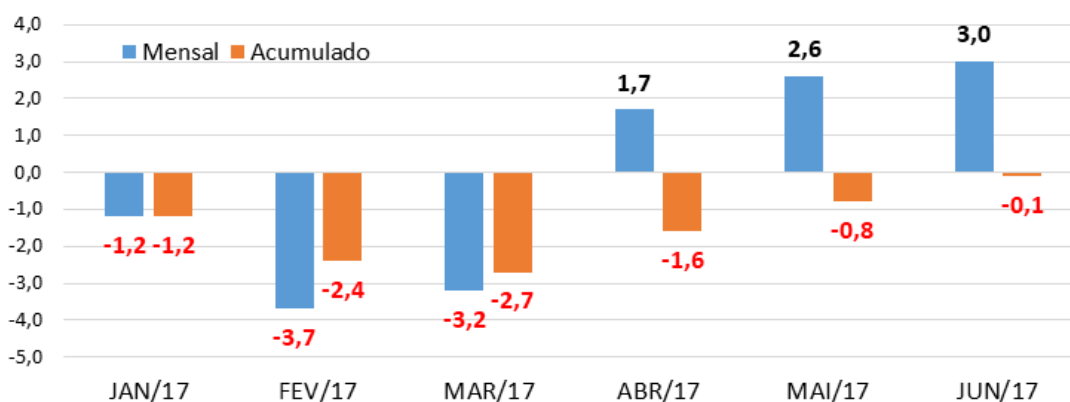
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.



No que diz respeito ao varejo restrito, cujo desempenho do indicador de 12 meses é igualmente mostrado no **Gráfico 5**, verifica-se que o volume das vendas também revela declínio menos acentuado nos últimos meses, atingindo -3,0% em junho deste ano. Analogamente ao varejo ampliado, de acordo com o **Gráfico 7**, observa-se um melhor desempenho nos meses mais recentes. O volume de vendas efetuadas em junho de 2017 foi superior ao do mesmo mês

de 2016, em 3,0%. Ademais, são igualmente positivos os respectivos indicadores do varejo nos dois meses anteriores: 1,7% em abril e 2,6% em maio. No resultado acumulado do ano (1º semestre), o volume de vendas praticamente fica inalterado (-0,1%), em relação ao 1º semestre de 2016. Em suma, são dados que apontam que no ano de 2017 o volume de vendas será superior ao do ano de 2016, tanto no varejo ampliado quanto no restrito.

**Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do Comércio Varejista, em % janeiro/2017 a junho/2017 (base: mesmo período no ano anterior)**



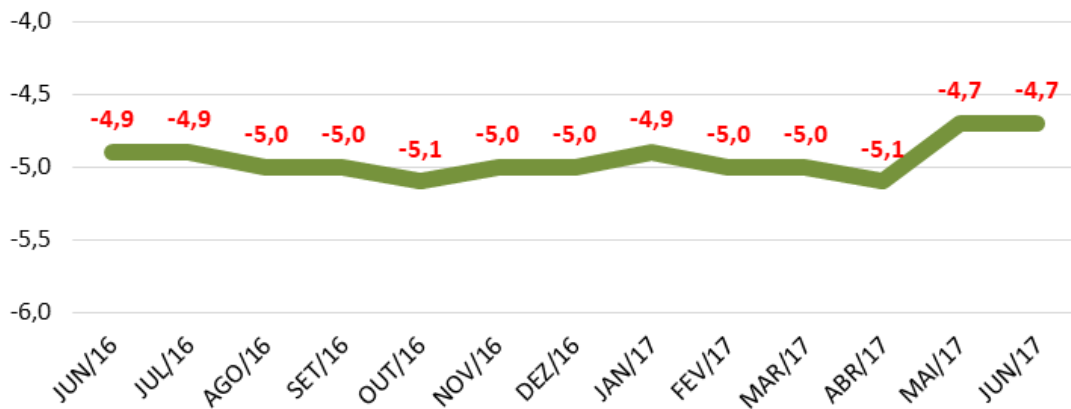
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

### **Modesta redução do ritmo de queda do volume de serviços em 2017**

Como mencionado em Boletins anteriores, é perfeitamente natural, dado o forte declínio da economia brasileira, que se tenha uma trajetória

de queda do volume de serviços. Realmente, o volume de serviços registra variação negativa, que se estabiliza em 4,7% em maio e junho deste ano. Como se pode observar - **Gráfico 8** - é a menor variação, em termos absolutos, desde junho de 2016.

**Gráfico 8 - Brasil: variação acumulada em 12 meses do volume de Serviços, em % - junho/2016 a junho/2017 (base: 12 meses imediatamente anteriores)**

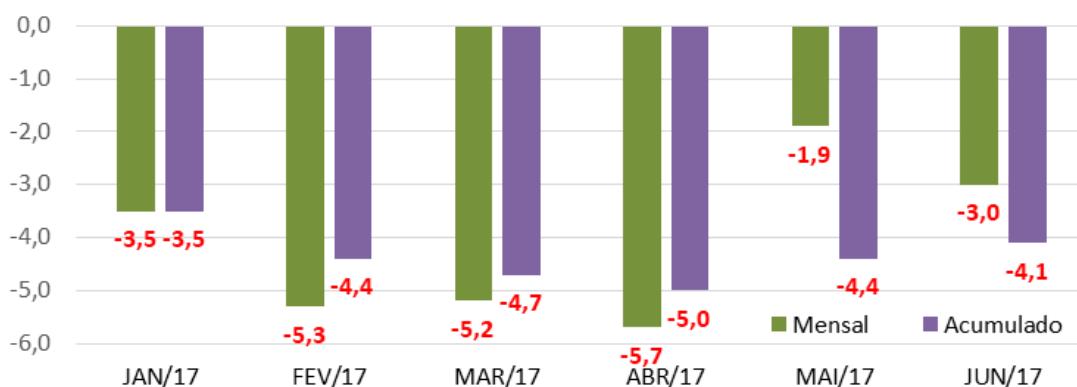


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Destaque-se que essa redução de intensidade é bem menor do que a assinalada para o comércio, porque – de acordo com o IBGE – ao longo deste ano tanto o indicador mensal da PMS, quanto o acumulado (**Gráfico 9**), ainda apresentam significativo decréscimo do volume de prestação de serviços. A redução mensal

foi de -3,0% em junho e de -4,1% no indicador acumulado do ano (1º semestre). Em síntese, ao contrário do comércio, os dados sobre o desempenho do setor de prestação de serviços não permitem alimentar expectativas de que o segmento tenha um 2017 melhor do que 2016.

**Gráfico 9 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do volume de Serviços, em % - janeiro/2017 a junho/2017 (base: mesmo período no ano anterior)**



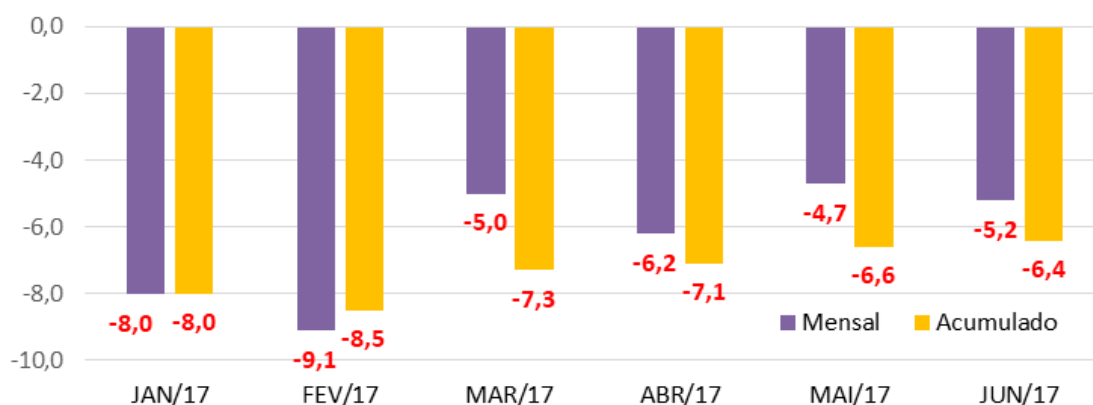
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

### Declínio do volume de atividades turísticas continua forte

No âmbito do setor de prestação de serviços, o conjunto de atividades vinculadas ao turismo apresenta, no ano de 2017, variações negativas ainda mais intensas do que as registradas para o setor de serviços como um todo, conforme os indicadores, mensal e acumulado, em comparação

com iguais períodos de 2016 – **Gráfico 10**. O indicador acumulado apresenta uma trajetória negativa, mas levemente declinante, a partir de março: -8,5% em fevereiro; -7,3% em março; -7,1% em abril; -6,6% em maio; e -6,4% em junho. Por sua vez, o indicador mensal não tem uma trajetória definida, mas ao longo do ano, os resultados são todos fortemente negativos, sendo de -5,2% a variação observada em junho.

**Gráfico 10 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % janeiro/2017 a junho/2017 (base: mesmos períodos do ano anterior)**



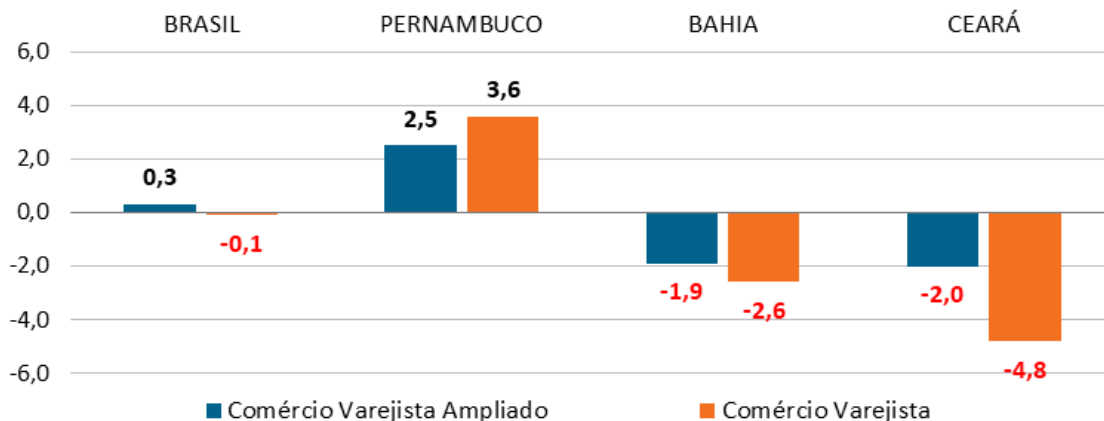
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

## 2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM JUNHO DE 2017: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

O desempenho do comércio varejista (ampliado e restrito) no resultado acumulado do ano, ou seja, no primeiro semestre de 2017, comparativamente ao 1º semestre de 2016, pode ser visualizado no **Gráfico 11**. Esse gráfico traz informações para o país como um todo e para os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará – economicamente os três mais importantes do Nordeste. Ressalte-se que as variações do volume das vendas em Pernambuco (2,5% no varejo

ampliado e 3,6% no restrito) são diferenciadas e as únicas positivas entre os estados considerados na análise: Bahia: -2,6% e -1,9%; Ceará: -4,8% e -2,0%; (restrito e ampliado, respectivamente). No país como um todo, observam-se as seguintes variações: -0,1% no varejo restrito e 0,3% no ampliado – portanto, desempenhos também inferiores aos mencionados para o varejo pernambucano.

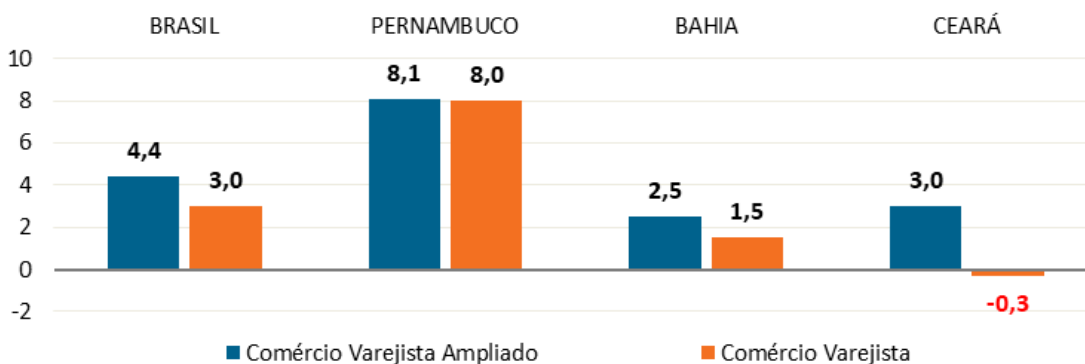
Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada no ano do volume de vendas Varejo, em % - janeiro-junho2017 (base: janeiro-junho/2016)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Ademais, quando se consideram os indicadores do último mês pesquisado (junho de 2017), o comportamento do varejo pernambucano – +8,1% no ampliado e +8,0% no restrito – é ainda mais destacado, em relação aos outros territórios incluídos na análise, conforme o **Gráfico 12**.

Gráfico 12 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal do volume de vendas Varejo, em % - junho2017 (base: junho/2016)



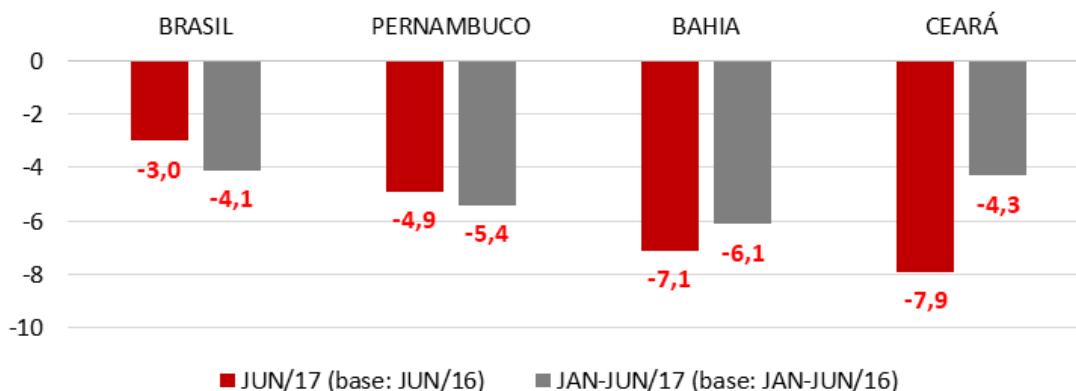
Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em síntese, o resultado diferenciado do varejo pernambucano (mensal e acumulado do ano) é uma boa notícia, o que deve ser acompanhado ao longo do 2º semestre, em busca de confirmação de que se trata de mudança duradoura no desempenho do varejo local.

Por outro lado, no que diz respeito ao segmento de prestação de serviços (**Gráfico 13**), observe-se que o volume de prestação de serviços em Pernambuco se retrai, tanto no confronto de junho de 2017 com junho de 2016, quanto no resultado acumulado (janeiro-junho de

2017, tendo por base o mesmo período do ano anterior): -4,9% no mês de junho; e -5,4% no resultado acumulado do ano. Na Bahia, as reduções são, respectivamente: -7,1% e -6,1%. No Ceará: -7,9% e -4,3%. E, no Brasil: -3,0% e -4,1%. Portanto, todos os resultados são negativos – tanto o mensal quanto o acumulado. Ademais, diferente do que se apontou para o comércio varejista, os desempenhos, mensal e acumulado, no ano, do segmento de prestação de serviços em Pernambuco, registram variações negativas mais fortes do que a média nacional.

**Gráfico 13 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação em junho de 2017 e variação acumulada no ano, do volume de Serviços, em % - janeiro-junho/2017 (base: mesmo período de 2016)**

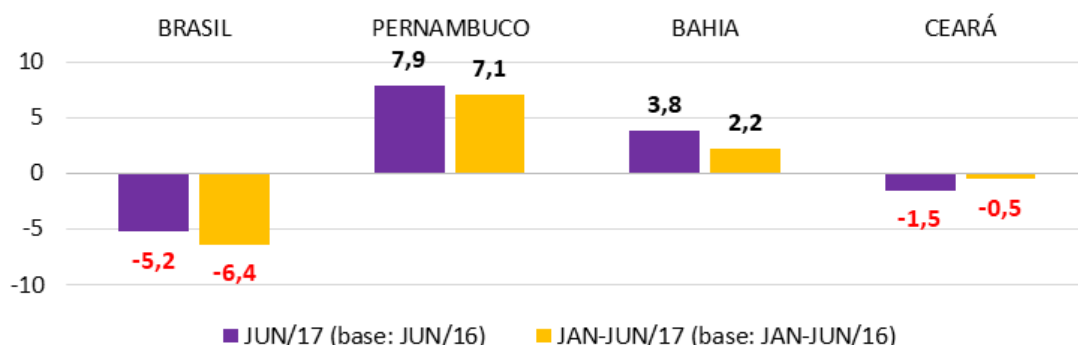


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Por sua vez, o desempenho referente ao segmento de turismo também é contemplado na análise desenvolvida nos boletins mensais da Fecomércio, conforme ilustrado no **Gráfico 14** – que contém, como de praxe, o indicador mensal do volume das atividades turísticas (junho de 2017 confrontado com junho de 2016 e o índice acumulado do ano). Em ambos os casos, o desempenho do turismo em Pernambuco é positivo e bastante diferenciado, em relação ao país como um todo e aos estados do Ceará e

da Bahia. De fato, o volume de serviços de turismo cresce em Pernambuco 7,9% em junho e 7,1% no acumulado do ano (1º semestre). Isso ocorre em um cenário onde o país como um todo ainda apresenta fortes quedas nesse importante segmento econômico: -5,2% em junho e -6,4% no 1º semestre de 2017. Os resultados para o Ceará também são negativos, enquanto que a Bahia tem resultados positivos, porém bem abaixo dos mencionados para Pernambuco;

Gráfico 14 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - junho/2017 e janeiro-junho/2017 (base: mesmos períodos do ano anterior)



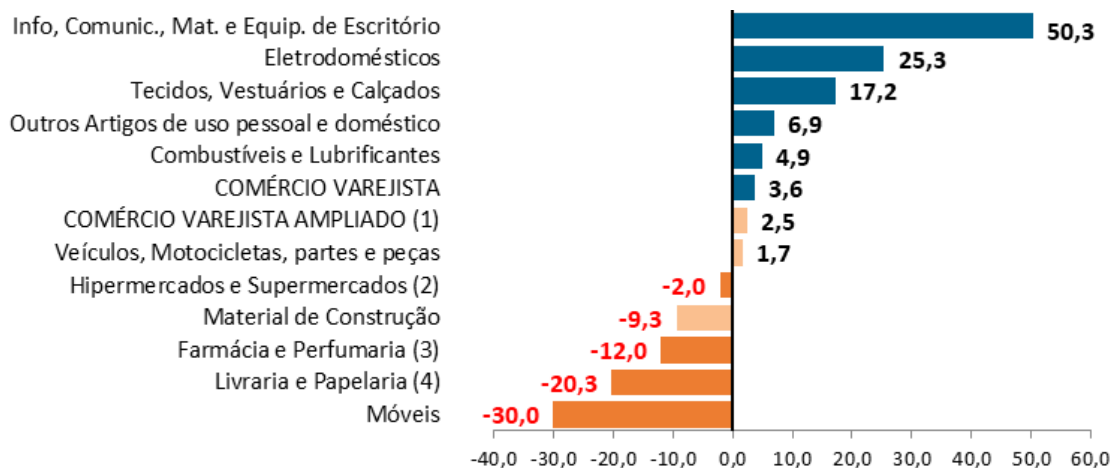
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

### 3. SEGMENTOS DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS EM PERNAMBUCO

Nessa seção, mantém-se procedimento adotado nas edições do Boletim Fecomércio-PE, ou seja, é incorporado detalhamento da composição do comércio e dos serviços por grupos de atividade. Por essa razão, é conveniente que mais uma vez seja feita referência ao caráter dual da abordagem do varejo. Primeiro, composição – conforme as atividades específicas – do **comércio varejista na acepção tradicional** e mais conhecida: combustíveis e lubrificantes; hipermercados e supermercados; tecidos, vestuários e calçados; móveis; eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; livros, jornais, revistas

e papelarias; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico. Acrescente-se a tal conjunto, as atividades concernentes a veículos, motocicletas, partes e peças, além de material de construção, é revelado o agregado **comércio varejista ampliado**. São assim sistematizadas no **Gráfico 15** informações sobre o acumulado do volume de vendas, no ano de 2017, referentes a cada um dos grupos de atividades dos segmentos do varejo e do varejo ampliado, comparativamente ao mesmo período de 2016.

Gráfico 15 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Varejo, em % - janeiro-junho/2017 (base: janeiro-junho/2016)

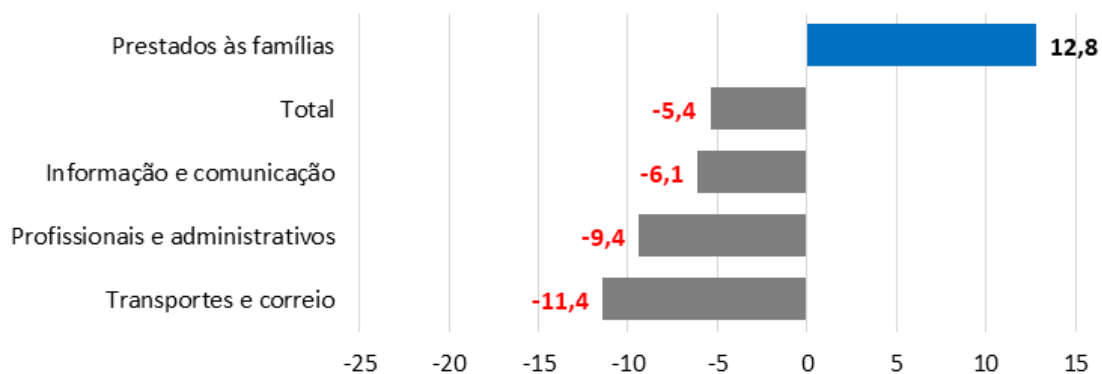


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi. (1) Inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo; (2) Inclui produtos alimentícios, bebidas e fumo; (3) artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumarias e cosméticos; (4) Corresponde a livros, jornais, revistas e papelaria.

Observe-se que, dos onze segmentos que compõem o comércio varejista, seis registram variações positivas, enquanto os cinco restantes continuam apresentando variações negativas no resultado acumulado do ano de 2017. Entre os positivos, destacam-se: equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (50,3%); eletrodomésticos (25,3%); tecidos, vestuários e calçados (17,2%). Entre os negativos: móveis (-30,0%); livraria e papelaria (-20,3%); farmácia e perfumaria (-12,0%). Ressalte-se que os resultados agregados são positivos: 3,6% no varejo restrito e 2,5% no ampliado. Portanto, reitere-se que, no geral, espera-se que o varejo pernambucano possa vir a encerrar o ano de 2017 com um desempenho superior ao observado no ano anterior.

No que diz respeito aos segmentos de prestação de serviços – ver **Gráfico 16** – a retração (acumulada no ano) das atividades que compõem esse setor é quase generalizada. Salvo ‘serviços prestados às famílias’ (com uma significativa variação positiva de 12,8% no 1º semestre), os demais segmentos têm desempenho negativo: ‘transportes e correio’ (-11,4%); ‘serviços profissionais e administrativos’ (-9,4%); e ‘informação e comunicação’ (-6,1%).

Gráfico 16 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços, segundo as Atividade, em % - janeiro-junho/2017 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.



## 4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Informações referentes às variações trimestrais do PIB brasileiro - comparadas com o mesmo período do ano anterior - revelam que, até a primeira metade deste ano, completam-se - desde o marco inicial do período recessivo, segundo trimestre de 2014 - 12 trimestres consecutivos de resultados negativos e o primeiro resultado positivo no segundo trimestre do corrente ano. Assim, o momento atual, se ainda não é de recuperação significativa, a mencionada variação positiva, indicador trimestral do PIB e o indicador de estabilidade do produto, no 1º semestre deste ano, relativamente ao mesmo período de 2017, dão sinais de uma possível rota de recuperação. Entretanto, considerando-se - ainda conforme dados do IBGE - que o PIB acumulado de 12 meses até junho 2017, comparativamente ao dos 12 meses imediatamente anteriores, ainda revela variação negativa (-1,4%), é necessário que o produto, no segundo semestre deste ano, permaneça conquistando variações positivas. Estimativas do próprio governo, apontam nessa direção, projetando-se, como já referido neste boletim, um crescimento positivo de algo como 0,4% em 2017 - um modesto, mas alentador número, quando comparado com os dois anos anteriores.

Tais sinais de alento contemplam, inclusive, o mercado de trabalho, por meio de melhora dos indicadores de desocupação da força de trabalho (IBGE) e do saldo positivo de emprego formal, como também registrado neste boletim. O senão de tal melhora no quadro de desemprego é que isso se dá com importante contribuição de ocupações informais (inclusive por pessoas que perderam posição ocupacional no mercado de trabalho). É um dos preços cobrados, por severa recessão de três anos, neste momento que pode significar a entrada em um estágio de transição para recuperação sustentada da economia. Ressalte-se que, consecutivamente, houve crescimento nos dois primeiros trimestres deste ano, embora a variação acumulada no ano até junho, em comparação com o mesmo período

do ano anterior, tenha sido nula.

A despeito de avaliações que sugerem certo “descolamento” entre as esferas da economia e da crise política, descaminhos neste campo ainda interferem negativamente. Possivelmente, a eventual recuperação que se vislumbra poderia ser menos frágil, se reformas constitucionais (a exemplo da concernente à previdência social) estivessem em curso menos acidentado e se o governo atual ganhasse maior credibilidade dos agentes econômicos e da própria população, para quem o fantasma do desemprego (real para muitos, temido por outros tantos) afeta negativamente decisões de gastos.

O déficit fiscal do setor público continua sendo o assustador fantasma que ronda a economia. O governo parece incapaz de controlar gastos ou de revelar real propósito de fazê-lo. A recente revisão das metas de déficit fiscal, para mais (159 bilhões de reais), foi uma ducha de água fria na alimentação de expectativas positivas de controle fiscal no presente governo, quando o país está muito próximo de mais uma campanha eleitoral. Pior, com a queda drástica da arrecadação, registrada em julho, o déficit acumulado nos últimos 12 meses já é superior a nova meta sinalizada pelo Governo - o que torna a nova meta fiscal difícil de ser cumprida.

Todavia a clara permanência da trajetória de decréscimo da inflação - que deverá encerrar este ano em nível abaixo do centro da meta estabelecida pela Banco Central (4,5%), ou até mesmo se aproximar do piso de 3,0% - é, sem dúvida, um aspecto positivo de grande significado, inclusive pelo benefício social de redução da corrosão do valor da renda familiar. Esses fatores, por certo, explicam o crescimento do consumo das famílias: de 1,4% no segundo trimestre deste ano em comparação com o trimestre imediatamente anterior. Ademais, como vem ocorrendo, tal trajetória propicia redução sistemática da taxa SELIC, que poderá encerrar

2017 na faixa de 7,25%. Sinais de estabilidade de preços e de proteção do valor da moeda são fatores básicos para recuperação do investimento.

Deve-se, no entanto, reiterar que graves problemas fiscais em relação à federação e dos estados e municípios esperam por reformas e ajustes de difícil operacionalização – este sendo certamente um componente que deverá esperar por resultados da próxima eleição. A crise fiscal do Governo Federal e a fragilidade fiscal de governos estaduais e municipais ainda exigirão medidas duras, que demandarão tempo e disposição política. Os benefícios, a serem possivelmente auferidos em médio e longo prazos, repousam na hipótese otimista de que o ambiente econômico não apresente novos retrocessos. Todavia a cautela ainda existente, tanto no meio empresarial quanto entre consumidores, é perfeitamente compreensível.

Nesse contexto, incertezas políticas, desemprego ainda elevado – mais de 13 milhões de pessoas desocupadas –, ampliação mais substancial da massa salarial ainda dependendo de uma recuperação mais forte do emprego,

endividamento das famílias e níveis elevados de inadimplência constituem fatores que explicam a permanência da situação ainda claudicante dos negócios, especialmente no setor de serviços em Pernambuco, em outros estados do Nordeste e no Brasil. Em tais contingências, recuperação do consumo e do investimento – essencial para uma retomada – se torna processo penoso.

Todavia é desejável que o país logre avançar em ajustes institucionais e reformas, que venham reduzir a gravidade da questão fiscal, o que propiciaria transição para um ambiente econômico mais favorável a mudanças de expectativas e atração de capitais para projetos de infraestrutura, alternativa que – uma vez viabilizada – teria impacto mais forte e imediato na redução do desemprego e no processo de recuperação sustentada da economia, especialmente nos segmentos que se vinculam diretamente ao mercado consumidor, entre os quais, o comércio varejista e a prestação de serviços.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índice de Atividade Econômica – Brasil (IBC-Br)**. Junho/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais Trimestrais**. 2º Trimestre 2017.

**Pesquisa Mensal do Comércio**. Junho/2017.

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Julho/2017.

**Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Julho/2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Julho/2017

### EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque  
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brena Castelo Branco  
Economista: Rafael Ramos  
Designer: Nilo Monteiro  
Revisão de Texto: Glauce Dias

### EXPEDIENTE - CEPLAN-PE

Jorge Jatobá  
Tania Bacelar  
Osmil Galindo  
Roberto Alves  
Ademilson Saraiva

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,  
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080  
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,  
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)  
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135  
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

